

Carta de cientistas brasileiros em razão do segundo turno das eleições presidenciais 2026

Um galo sozinho não tece uma manhã

"O sertanejo é, antes de tudo, um forte." Euclides da Cunha escreveu isso há mais de um século, olhando para gente que o Brasil oficial preferia não ver. É dessa força que falamos, a de um povo que atravessou seca, enchentes, fome, ditadura e pandemia e segue de pé, trabalhando, criando os filhos, enchendo escolas e postos de saúde, pedindo pouco e entregando muito.

Somos pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores, estudantes e técnicos de todas as regiões do país. Muitos de nós somos a primeira geração da família a entrar numa universidade. Aprendemos a ler na escola pública, estudamos com bolsas, pesquisamos em laboratórios financiados pelo povo brasileiro. Não falamos de cima: falamos de dentro. E, se você pensa diferente de nós, leia mesmo assim, o que defendemos protege também o seu direito de discordar.

Defendemos a Constituição de 1988: o pacto que assegura eleições livres, imprensa sem censura, autonomia universitária, direito de greve, educação, Sistema Único de Saúde e limites ao poder de quem governa. Nenhuma dessas conquistas caiu do céu — cada uma tem uma história, resulta de lutas concretas e foi construída com mobilização e resistência. Por isso nenhum grupo, partido ou família é dono da nação, nem pode monopolizar valores como pátria, família, liberdade e fé, que pertencem a milhões de brasileiros honestos e trabalhadores. Sabemos reconhecer esse método porque o vimos ser empregado aqui. Primeiro, ataca-se quem mede: em 2019, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais foi exonerado em meio à controvérsia sobre os dados de desmatamento produzidos pelo próprio instituto, dados que não eram opinião, mas evidência. Quem quebra o termômetro não cura a febre; apenas impede que ela seja vista. Depois, desqualifica-se quem sabe: na pandemia, tratamentos sem eficácia comprovada foram promovidos publicamente enquanto vacinas e recomendações científicas eram desacreditadas, essa conta foi paga em velórios. Em seguida, sufoca-se quem forma: universidades chamadas de lugares de “balbúrdia”, bolsas de pesquisa sem reajuste por anos, financiamento da ciência bloqueado mesmo depois de o Congresso proibir o bloqueio. Então, fabrica-se a desconfiança nas urnas eletrônicas: anos de insinuações, sem prova capaz de demonstrar fraude, de que elas não expressavam a vontade popular. Foi nesse ambiente que ocorreram, em 8 de janeiro de 2023, a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes. E,

quando nada basta, silencia-se quem testemunha: o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira foram assassinados na Amazônia enquanto documentavam atividades ilegais.

O autoritarismo nem sempre anuncia o fim da democracia. Pode chegar pelas urnas, prometer respeitar a Constituição e, uma vez no poder, esvaziar as instituições que deveriam limitá-lo: transformar adversários em inimigos, apresentar a imprensa como ameaça, tratar universidades como espaços de doutrinação e chamar de defesa da liberdade a perseguição política. Assim os direitos são corroídos sem serem abolidos, uma regra enfraquecida hoje, uma instituição intimidada amanhã, uma minoria desprotegida depois e, quando a sociedade percebe, o excepcional já parece normal. Não é preciso fechar o Congresso para enfraquecer a democracia: basta tornar as instituições incapazes de exercer suas responsabilidades. **Uma democracia começa a adoecer quando seus cidadãos aceitam para os outros a perda dos direitos que exigem para si.**

A literatura já nos contou onde isso termina. Em *Os Sertões*, Euclides narra como a República convenceu a si mesma de que um povoado de sertanejos pobres ameaçava a nação e enviou contra Canudos sucessivas expedições, até a destruição completa. O inimigo interno era gente pobre, vivendo e rezando no sertão. É esse o pior serviço do discurso de ódio: ele procura quem foi esquecido o ano inteiro e oferece, em troca do voto, não comida nem escola nem remédio, mas um culpado, o vizinho, o professor, o cientista, o imigrante, o indígena, o pobre do outro lado. Promete devolver a dignidade e deixa intactas as estruturas que produzem a desigualdade.

Vale perguntar a quem interessam certas escolhas. A quem interessa um país onde a casa de apostas chega ao celular antes de o posto de saúde chegar ao bairro? A quem interessa exportar matérias-primas estratégicas e depender de tecnologias que poderíamos desenvolver? A quem interessa transformar a fé sincera de milhões em instrumento de poder? A quem interessa desacreditar as instituições capazes de revelar fatos inconvenientes? Perguntar quem ganha também é método. E quando se atacam políticas de inclusão, como na lei catarinense que proibiu cotas étnico-raciais nas universidades estaduais e foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal este ano, não se está apenas discutindo uma política de acesso. Está-se decidindo quem terá oportunidades de chegar à universidade e, com elas, de pensar, pesquisar e ensinar neste país.

Pátria se defende com ciência e indústria, não apenas com bandeira na janela. Família se defende com creche, merenda, posto de saúde e emprego, não apenas com discurso. Liberdade se defende garantindo que o outro também possa falar. E soberania não se proclama: constrói-se. O mundo disputa tecnologias, dados, minerais estratégicos e energia, e o Brasil

não pode aceitar um destino em que outros desenvolvem as tecnologias, controlam as plataformas e decidem o valor das nossas riquezas. A cooperação internacional é indispensável; a submissão não é. Um país não é soberano quando precisa alugar aquilo que deveria saber fazer.

A ciência avança onde se pode perguntar, verificar e corrigir. Foi ela que ajudou a transformar a agricultura, a extrair petróleo em águas profundas, a produzir vacinas em instituições públicas e a antecipar secas e enchentes, e dela dependem respostas para as mudanças do clima, para a inteligência artificial e para as transformações do trabalho. Enfraquecer universidades, imprensa, institutos e tribunais reduz a capacidade coletiva de reconhecer erros, justamente o que permite a um país aprender, em vez de repetir suas tragédias. Quanto vale um voto? Em quatro anos, ele ajuda a decidir se haverá creche no bairro e médico no posto, se a filha de quem nunca entrou numa universidade poderá estudar nela, se produziremos nossas próprias vacinas ou seguiremos dependendo da decisão de outros países. O voto é a expressão mais igualitária da nossa cidadania, uma pessoa, um voto, e seu valor não depende de riqueza, escolaridade, sobrenome, religião ou lugar de nascimento. Por isso não podemos permitir que o medo, a mentira ou o ódio decidam por nós.

Quem assina esta carta reafirma seu compromisso com a Constituição, as eleições livres, a integridade das urnas, a liberdade de ensinar e pesquisar e o direito de discordar. **É à luz desses princípios, e das escolhas que estão diante do Brasil, que declaramos nosso apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.** Esse posicionamento expressa uma escolha política coletiva de seus signatários, sem significar adesão irrestrita a um governo ou renúncia ao direito de crítica. Nosso compromisso permanece sendo com a democracia, com a população brasileira e com o futuro do país.

João Cabral de Melo Neto escreveu que "um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos". É esse o pedido desta carta. Assine, convide outras pessoas a assinar e leve essa conversa à escola, ao laboratório, ao hospital e à sua família. Uma assinatura é um gesto; **milhares de vozes tecem uma manhã e o Brasil não pode desistir de pensar por si, decidir por si e construir o próprio futuro.**

Assinaturas individuais de cientistas, pesquisadoras, pesquisadores, professoras, professores e demais profissionais da educação e da ciência.

Para subscrever à carta **você** pode acessar <https://forms.gle/3rwvww43xYDgr97eA>